

Relatório de Missão Oficial Internacional

Simpósio Global da OGP

Open Government Partnership – www.opengovpartnership.org

Encontro de Parlamento Aberto do ParlAmericas

Rede Parlamentar das Américas – www.parlamerica.org

Local: Ottawa, Canadá

Período: 27 a 30 de Maio de 2019

Participantes: **Dep. Eduardo Barbosa**

Ouvidor-Geral da Câmara dos Deputados

Paulo Henrique Alves Araújo

Chefe de Gabinete da Ouvidoria Parlamentar da Câmara dos Deputados



Sumário da Missão Oficial

A Câmara dos Deputados é membro titular do ParlAmericas, associação internacional de parlamentos nacionais de países do continente. Essa rede tem por objetivos, entre outros, a cooperação entre casas legislativas nacionais para compartilhamento de boas práticas, conhecimentos e ferramentas, o estabelecimento de diretrizes e ferramentas comuns ntegra uma associação e o debate de temas emergentes no poder legislativo em todo o mundo.

Congressos e assembleias nacionais se fazem representar no ParlAmericas por parlamentares, com o suporte de unidades administrativas designadas por cada Casa. A Câmara dos Deputados, apesar de regularmente inscrita como membro efetiva e de ser tratada como referência em diversos subgrupos da rede, não se fazia representar por parlamentares nos encontros da rede há alguns anos.

Convidada pelo ParlAmericas para participar de simpósio sobre parlamento aberto realizado por oportunidade do Simpósio Global da Parceria de Governo Aberto (OGP), a se realizar nos dias 29 e 30/05/2019, a Presidência da Câmara dos Deputados solicitou à Ouvidoria Parlamentar e à Secretaria de Relações Internacionais que representassem a Casa no evento. Além disso, solicitou que se avaliasse durante essa oportunidade as condições e potenciais benefícios de retomarmos atuação efetiva no ParlAmericas.

Adicionalmente, ciente da ampliação da atuação da Ouvidoria Parlamentar para promover a participação da sociedade na administração da Câmara dos Deputados, a organização Transparência Internacional fez um convite para que o Ouvidor-Geral participasse de alguns eventos paralelos ao Simpósio da OGP em Ottawa. O convite foi para integrar um grupo de brasileiros representantes da sociedade civil, iniciativa privada e governo para participar de eventos e debates sobre práticas de governo aberto, com foco na avaliação e aplicação dessas iniciativas em nosso país. Para tanto, fomos convidados a participar da OGP Academy, no dia 27/05, e do CSO - Civil Society Day, no dia 28/05, além de reuniões específicas para debater o cenário brasileiro nos dois dias.

Apresentamos neste relatório notas das principais atividades realizadas ao longo desses 4 dias, bem como oportunidades identificadas e resultados alcançados. Os principais foram a negociação para que representantes da Câmara dos Deputados possam integrar, no final de 2019, chapa para eleição da mesa diretora do ParlAmericas e o compromisso das entidades da sociedade civil, iniciativa privada e poder executivo brasileiros presentes na OGP para colaborarem mais ativamente nas iniciativas de parlamento aberto da Câmara dos Deputados, tendo a Ouvidoria Parlamentar como canal.



Notas da missão oficial

27/05/2019 - OGP Academy

Local: Carleton University

9h30 - Protecting and Promoting Information Rights: A Fine Balance

Suzanne Legault, Former Information Commissioner of Canada

Informações em excesso estão sendo coletadas sobre o dia a dia de todos cidadãos, sem um mínimo controle sobre o que poderia ser coletado ou não, o que pode ser feito com essa informação ou não. Falta estrutura de controle sobre isso, falta um framework para permitir às pessoas consentir ou não sobre a coleta e uso de suas informações.

A nova commodity são os dados dos consumidores. A luta não é mais por preços, é por conhecimento e relacionamento com consumidores.

Há uma nova modalidade de Guerra Fria, com países usando grandes companhias como fontes de informação. É o caso da popularização da Huawei (companhia chinesa) no continente africano.

Como algumas dessas companhias são mais poderosas do que a maioria das nações, é necessária uma articulação internacional para se ter ações de controle efetivas, fortes o suficiente.

10h45 - Official Languages and Open Government: Issues and Opportunities

Diane Allard

Trabalha em um órgão responsável por manter as duas línguas oficiais vivas e disponíveis em todos serviços públicos no Canadá

Fizeram um estudo que identificou 18 de 75 países da OGP com mais de um idioma oficial. Intenção de fazer o Canadá líder na discussão de questões ligadas a múltiplos idiomas nacionais.

Preocupação com inclusão de todos canadenses, independente do idioma que eles usam. Entende que isso contribui para um governo aberto.

Grande preocupação em posicionar Canadá como líder em questões ligadas a países com múltiplos idiomas nacionais.



11h00 - Citizen engagement for an open government in Tunisia

Asma Bisma Nouria

Na elaboração de uma constituição para a Tunísia, o parlamento promoveu vários mecanismos de participação popular, como a criação de conselhos e realização de reuniões temáticas com participação popular.

A nova constituição criou vários instrumentos formais de participação, como a obrigatoriedade de conselhos municipais de cidadãos.

11h20 - Contrasting Perceptions of Citizen Participation and Open Government between Organized Civil Society and Government: The Case of the State of Jalisco, Mexico

Edgar Alejandro Ruvalcaba Gómez

Participação cidadã é um dos pilares de governo aberto. Mas quais as diferenças de percepção entre a sociedade civil organizada e o próprio governo.

Pesquisa realizada em Jalisco mudou claro desnível entre a autoavaliação feita pelo governo e a avaliação feita por organizações da sociedade civil sobre governo aberto, tanto em transparência quanto em participação: o governo enxerga resultados bem melhores do que representantes da sociedade civil.

11h35 - “Shebots”: an analysis of civic chatbots through feminist open government lenses in Brazil

Thayane Guimarães

Pesquisa realizada no Brasil em parceria com ITS.

Chatbots têm recebido em sua maioria personas femininas. Isso seria resultado de uma cultura machista ou de crescimento de participação de mulheres.

Há um senso comum de que mulheres cuidam, mulheres falam e mulheres inspiram mais confiança.

Mostrou alguns exemplos, como Rosie (da Serenata de Amor) e Alda.

O uso de personas femininas quebra estereótipos ao inserir papel feminino em áreas técnicas (como faz a Rosie), mas ao mesmo tempo reforça aspectos machistas, deixando às mulheres o papel de cuidar e falar.



11h50 - Beyond the government openness: Education for the participation and development of skills in data analysis and management in the OGP context

Alvaro V. Ramírez-Alujas

Dois eixos principais: transparência e prestação de contas; participação e promoção de cidadania. Em geral, há muito mais compromissos no primeiro grupo, poucos com participação. 26% das iniciativas tratam de participação.

As iniciativas de participação nos planos de governo aberto não incluem a sociedade no processo decisório.

Falta compromisso de entregar ferramentas concretas para promover participação e falta capacitação para os atores nesses processos participativos.

12h30 - Open Data and Innovative Tools for Citizens Lobbying in Parliaments

Felipe Lelis Moreira

Parte do Laboratório de Qualidade das Leis da UFMG e líder do projeto Lobby para Todos.

Temos atualmente um poder legislativo produzindo um volume gigantesco de dados (dado aberto = encontrar, trabalhar e compartilhar dados).

O conhecimento legislativo é formado pela composição de dados próprios e dados de terceiros (redes sociais, notícias). Companhias estão surgindo provendo combinações de informações para conhecer e influenciar governos e parlamentares.

Lobby - influenciar quem toma decisões no governo. Não é por princípio atividade espúria, é um processo de influência sobre quem toma decisões legislativas. Mas precisa ser mais transparente e acessível no Brasil. O projeto Lobby para Todos tem esse objetivo.

Livro indicado: Prof Alberto Alemanno: The Good Lobby

Citação a ferramentas da Câmara, como TenhoDito e Parla, como ferramentas que podem ajudar os cidadãos a fazer lobby. Mas fez uma crítica de que essas ferramentas precisam implementar recursos mais sofisticados para permitir efetivo uso pelos cidadãos.

13h00 - Politics, technology, and accountability: The transparency facade of open government data reforms in Paraguay

David Riveros Garcia

FONACIDE - National Public Investment Fund for Development - fundo do Paraguai criado com renegociação da energia de Itaipu com Brasil. Recursos foram distribuídas pelo país, com foco em educação, para governos locais.



Governo paraguaio disponibilizou dados sobre planejamento e execução em dados abertos, permitindo controle pelos cidadãos. Lançou tb um aplicativo (Contralor de FONACIDE). Mas os dados do aplicativo não foram mantidos atualizados pelo governo. Só há dados de 2015. E não há nenhuma avaliação dentro do governo paraguaio para saber como o dinheiro do fundo é utilizado, muito menos se o aplicativo de controle funciona ou é usado.

Fez uma análise de Assunção e Cidade do Leste para avaliar a aplicação dos recursos do FONACIDE (foram as duas que mais receberam recursos). Como é uma amostra pequena, não se pode dizer que é significativa para representar o país, mas mostra um método.

O aplicativo não decolou, tanto por falta de atualização dos dados quanto pelo pouco interesse dos cidadãos.

Concluiu que a participação de organizações da sociedade civil é fundamental para promover engajamento. Os cidadãos têm poucos recursos, pouca disponibilidade de tempo e pouca motivação (percepção de valor) para fiscalizar. "Nós assumimos que as pessoas se preocupam, mas elas realmente não se preocupam."

27/05/2019 – Reuniões com ONGs de outros países

Local: Impact Hub Ottawa

16h00 - Transparência e Combate à Corrupção nas Indústrias Extrativas

Emily Nickerson - Diretora da Publish What you Pay Canadá (<http://www.pwyp.ca/en/>)

A Publish What You Pay é uma organização internacional que monitora a prestação de contas de empresas extrativistas (principalmente mineradoras) em diversos países.

Avaliam balanços, contratos com fornecedores, contratos de venda, pagamentos a funcionários, relações com representantes governamentais. Foco sua análise em dados financeiros, numa perspectiva de compliance e busca de indícios de fraude ou corrupção. Trabalho fortemente baseado em análise de dados abertos das companhias.

Não têm representação no Brasil. Avaliam empresas brasileiras presentes em outros países.

Não fazem análises de processos de trabalho ou de licenciamento ambiental. Provavelmente não teriam detectado riscos das tragédias da Vale do Rio Doce no Brasil (Mariana há 2 anos, Brumadinho neste ano).

Seus métodos e ferramentas de análise poderiam ser adaptados para fazer controle social de orçamento público no Brasil.

17h30 - Um olhar sobre Governo Aberto na América Latina

Carolina Cornejo - Diretoria de Governo Aberto do Ministério de Modernização da Argentina

Julio Herrera - Co-fundador da Red Ciudadana Guatemala (<http://redciudadana.org/>)

Daniel Carranza - Co-fundador de DATA Uruguay (<http://datauy.org>)



A Argentina tem observado nos últimos anos maior abertura no governo, com mais transparência e mais dados disponíveis à população.

Os movimentos sociais têm aumentado sua participação e suas manifestações. Carolina citou especialmente as manifestações feministas, como o “Nenhuma mais”, de protesto contra a violência com as mulheres no país.

Citou ainda preocupação com o fortalecimento de governos autoritários na América Latina, como no Brasil. O Dep. Eduardo Barbosa entrevistou e explicou que as instituições e o processo democrático no Brasil estão funcionando. Reforçou que, independentemente das opiniões e crenças de alguns, a ascensão de um governo de extrema direita foi democrática, foi resultado de uma vontade da maioria da população brasileira, e tem que ser respeitada. Isso não pode ser comparado a uma ditadura ou algo parecido. O país terá algo 4 anos para avaliar essa nova forma de governar e poderá então decidir se segue com esse modelo ou muda novamente, algo plenamente democrático e que inclusive se observa em outros países vizinhos da América do Sul e também na Europa.

Na Guatemala, observou-se um processo de aproximação entre cidadãos e governo com forte atuação de entidades da sociedade civil.

O Uruguai é um país já com tradição em abertura e participação popular no governo, mas Daniel citou que talvez não seja a melhor referência para países como o Brasil, em função de ser muito menor. Dimensões geográficas e população menores favorecem a abertura para participação, na avaliação do especialista uruguaio. De toda forma, há participação de cidadãos em diversas instâncias de governo. Há inclusive instrumentos constitucionais de revisão de leis, os referendos, que são utilizados com frequência no país.

28/05/2019 - OGP Civil Society Day (CSO)

Local: Shaw Centre

10h00 - Como superar elitismo em governo aberto

A linguagem do governo é um obstáculo para inclusão. A distância entre iniciativas em diferentes esferas é um obstáculo. O governo é projetado para ser elitista, isso é um fenômeno observado em diversos níveis e situações.

O cidadão não está interessado no orçamento de um ente governamental, mas está no orçamento aplicado ao seu dia a dia. O design dos serviços de transparência e participação deveria considerar mais a perspectiva dos cidadãos do que a perspectiva do governo.



OGP precisa reconhecer movimentos que já existem e integrá-los, fazer parte deles, e não assumir que nada foi feito antes. Conhecer iniciativas, organizações e pessoas que já conduzem processos de abertura.

OGP precisa aperfeiçoar qualidade dos compromissos e do acompanhamento da sua execução. Talvez os ciclos de 2 anos devessem ser estendidos para 3 anos, para haver tempo para planejar e executar compromissos mais significativos.

Membros da OGP devem pensar em países ,que estão fora da aliança e também têm demandas importantes de governo aberto ("como os casos de ditaduras observadas na África e América Latina). A própria OGP é uma elite.

15h00 - Como integrar governo e sociedade civil em ações de governo aberto

O governo precisa se abrir de verdade para a participação popular para ser de fato um governo aberto. Não basta ter compromissos estabelecidos entre 4 paredes, a sociedade deve participar desde a concepção dos objetivos, não só na fiscalização da execução das ações, passando inclusive pela participação na execução.

Para ter compromisso forte da política com governo aberto é importante mostrar aos políticos como essa pauta contribui para seus projetos políticos.

Estabelecimento de confiança entre governo e sociedade civil leva tempo, não é imediato.

Nós temos que promover diálogo entre governo e sociedade, com confiança e real empatia (tanto para o governo entender a sociedade quanto a sociedade entender o governo).

28/05/2019 – Reuniões com ONGs brasileiras

Local: Shaw Centre

18h00 – Ouvidoria da Câmara: propostas de modernização e abertura

Reunião com a presença de diversas entidades da sociedade civil: Transparência Internacional (organizadora), Artigo 19, Transparência Brasil, Instituto de Governo Aberto, Instituto Imaflora, Instituto Cidade Democrática, Lobby para Todos, Fundação Ethos e ITS. Contou ainda com uma representante do Grupo Votorantim (responsável por programas de compliance e combate a corrupção) e dois representantes da CGU (Controladoria Geral da União), além do Dep. Eduardo Barbosa e Paulo Henrique representando o Poder Legislativo.



Dep. Eduardo Barbosa apresentou a proposta de modernização da Ouvidoria Parlamentar, transformando-a em um canal institucional forte para promover a participação do cidadão na administração da Câmara dos Deputados. Falou ainda do plano de trabalho em andamento, citando a publicação da carta de serviços ao cidadão, a realização de audiência pública sobre serviços ao cidadão no poder legislativo e a iminente abertura de pesquisa de opinião sobre os serviços oferecidos pela Câmara à sociedade brasileira, convidando todos a participarem. Paulo Henrique complementou citando as mudanças que estão ocorrendo incluindo nas atividades operacionais diárias da Ouvidoria, com a análise de oportunidades de melhoria dos serviços a partir das manifestações recebidas de cidadãos (reclamações, elogios, denúncias e sugestões administrativas).

Dep. Eduardo Barbosa citou ainda a importância de contar com maior aproximação de organizações da sociedade civil (como aquelas ali presentes) e o parlamento brasileiro, para criação de fóruns reais de diálogo, para fazer com que o controle social seja mais efetivo no poder legislativo, indo além de retórica e de reuniões eventuais como aquela que estava ocorrendo no evento da OGP. Ele ainda se prontificou para que a Ouvidoria Parlamentar seja o canal para tal.

As entidades receberam muito bem essa disposição da Câmara de se aproximar da sociedade, ainda mais manifestada por um parlamentar com um cargo relevante na Casa, de Ouvidor-Geral. Citaram que já conhecem e respeitam iniciativas como o Laboratório Hacker, o que facilita a interlocução, mas que ver o Ouvidor-Geral, um deputado, apresentando essa pauta é importante e fortalece essas iniciativas. Todas se colocaram à disposição para auxiliarem em ações futuras.

Paulo Henrique ponderou que o controle social parece ter perdido um pouco da energia que já teve em relação ao Poder Legislativo, além de ter se dispersado com o surgimento de muitas iniciativas com focos específicos e próprios. Sugeriu que as ONGs tentassem orquestrar melhor as ações de pressão, de forma a terem mais representatividade e força junto aos governantes e parlamentares.

Representantes das entidades se colocaram à disposição para ajudar, mas ponderaram que esperam que órgãos como a Ouvidoria Parlamentar sejam indutores desses processos, chamando-os a colaborar. Citaram ainda que já houve iniciativas conjuntas, como uma carta com demandas entregues ao Presidente Rodrigo Maia em 2016, intitulada “Parlamento Aberto” (<http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2016/sociedade-civil-entrega-carta-ao-presidente-da-camara>), sobre a qual não tiveram nenhum retorno. Ponderaram então que é preciso perceberem eco também da Câmara dos Deputados para que essa relação evolua na direção proposta por essa nova ouvidoria. Dep. Eduardo Barbosa e Paulo Henrique se comprometeram em buscar essa carta, apurar o que houve e tentar dar seguimento às sugestões colocadas que ainda não tiveram andamento na Casa.



Entidades apontaram ainda preocupação com o legislativo supranacional. Segundo eles, assembleias estaduais e câmaras municipais são pouco sensíveis a abertura. Paulo Henrique pontuou que a Ouvidoria da Câmara, em parceria com a Ouvidoria do Senado, pretende buscar a criação de uma rede legislativa de ouvidorias, começando por maior interlocução com assembleias e depois chegando também a câmaras municipais.

Os representantes da CGU saudaram a iniciativa da Câmara de modernização de sua ouvidoria e se colocaram à disposição para mediar o estabelecimento de parcerias com o Governo Federal, especialmente para compartilhamento de conteúdos educacionais, de ferramentas, como o e-Ouv, e de práticas adquiridas em anos de experiência com promoção de participação popular, o que pode ser especialmente útil no trabalho com assembleias estaduais e câmaras municipais.

19h00 - Qual o futuro da agenda de governo aberto no Brasil?

Com os mesmos participantes da sessão anterior, a Transparência Internacional abriu a sessão ponderando que há uma sensação de perda de força da pauta de governo aberto desde o início da atuação gestão no Governo Federal. Ações como o decreto que facilitava a classificação de documentos como sigilosos, enfraquecendo a Lei de Acesso à Informação, e o decreto que extinguiu todos os conselhos de participação popular da estrutura do governo subsidiam essa percepção.

Alguns representantes das organizações da sociedade civil citaram exemplos pessoas de dificuldades que têm encontrado e o Imaflora chegou a propor congelar suas ações em função da falta de apoio governamental.

Os representantes da CGU ponderaram que os servidores que promoveram a abertura no Governo Federal, e que inclusive coordenam os planos de ação da OGP no Brasil, continuam nos seus cargos e que não houve interrupção dessa pauta. Sobre a extinção dos conselhos, ponderaram que vários deles já foram recriados, que não acreditam que nenhum dos que têm atuação real deixarão de existir, mas que havia exagero, que haviam muitas estruturas sem atuação de fato, com desperdício de recursos públicos – preocupação frequente da agenda de governo aberto.

O Dep. Eduardo Barbosa apresentou visão similar. Oriundo de movimentos sociais, já participou e interagiu com muitos conselhos, mas viu eles proliferarem nos últimos anos não como canais de participação, mas como forma de aparelhamento do Estado. Assim, um ajuste era de fato necessário, ainda que possa ser questionável a forma como foi feita a extinção indistinta. Ele ainda disse que já está agendada uma audiência pública na Câmara em defesa da relevância dos conselhos, mas que será necessário ter discernimento para separar as iniciativas necessárias daquelas que representam apenas gastos e espaços para fisiologismo e aparelhamento.



Os representantes da CGU ponderaram também que os planos de ação da OGP continuam em andamento no país. Paulo Henrique ponderou que acredita que as ações propostas poderiam ser mais arrojadas, que muitas delas parecem figurativas, com resultados muito modestos. A CGU discordou dessa visão, disse que o Brasil é uma das referências internacionais nos planos de governo aberto, mas que muitas ações não vão além em seus objetivos e resultados porque falta apoio de gestores governamentais. Paulo Henrique citou como exemplo ações que estavam sob responsabilidade da Câmara dos Deputados, ou mais especificamente do LabHacker, na 3ª Plano de Ação, finalizado em 2018, e que foram desenvolvidas quase que em sua totalidade pela Câmara, sem participação das entidades da sociedade civil que estavam listadas no plano e com muita pouca participação de outros órgãos legislativos.

No todo, o grupo concordou que há uma sensação de perda de força da pauta de Governo Aberto. Mas o Dep. Eduardo Barbosa alertou a todos que o país escolheu democraticamente o atual governo, que não podemos condenar a democracia no país por diferenças ideológicas com os ocupantes de quaisquer cargos. Ponderou ainda que, tendo pela primeira vez na história um governo verdadeiramente de extrema direita, não só em termos econômicos, a sociedade brasileira vai poder experimentar esse novo modelo de governo e decidir em quatro anos, democraticamente, se quer que ele siga ou não. E tudo isso é da democracia, as escolhas, as insatisfações, as mudanças, os eventuais arrependimentos e os sucessos.

29/05/2019 – Dia do Parlamento Aberto

Local: Parlamento Canadense

10h00 - Como implementar um plano de parlamento aberto

Os participantes do evento, parlamentares e assessores dos países membros do ParlAmericas e alguns convidados, foram divididos em mesas de discussão. A delegação brasileira, composta pelo Dep. Eduardo Barbosa (Ouvidor-Geral da Câmara), Dep. Alex Manente (Secretário de Relações Internacionais), Paulo Henrique Araújo (Chefe de Gabinete da Ouvidoria Parlamentar) e Cíntia (chefe de gabinete da Secretaria de Relações Internacionais), dividiu a mesa com representantes de outros países de língua portuguesa convidados: Cabo Verde (representado pelo Presidente da Assembleia Nacional, outro dois parlamentares e dois assessores) e Portugal (representado por uma deputada).

A sessão se iniciou com apresentações de diretores do ParlAmericas sobre o desenvolvimento do Guia de Elaboração de Plano de Parlamento Aberto, publicação recente da rede. A seguir, foram promovidas rodas de discussão nas mesas regionais, em que os participantes deveriam apresentar iniciativas de promoção de parlamento aberto em seus países.



A deputada portuguesa trouxe uma experiência similar ao Parlamento Jovem que é implementado pela Câmara dos Deputados no Brasil, mas com uma diferença de escala e de fases. Em Portugal, o programa começa em escolas públicas nos municípios, que classificam os melhores legisladores jovens para processos de simulação e seleção regionais, que então classificam alguns jovens para participar de uma simulação no parlamento português. Os demais parlamentares, tanto do Brasil quanto de Cabo Verde ficaram impressionados com os resultados já obtidos em Portugal. Paulo Henrique ponderou que já há programa similar no Brasil, o Parlamento Jovem, só com a diferença de não realizar os processos em municípios e regiões. O Dep. Eduardo Barbosa se prontificou a levar essa sugestão de extensão do escopo do programa, baseada na experiência portuguesa, para a administração da Câmara.

O Presidente da Assembleia de Cabo Verde apresentou iniciativas recentes de modernização legislativa (como o software de controle de tramitação legislativa), formalização de instrumentos de participação popular no marco legal do país (direito de petição) e avanços na promoção de igualdade de gênero no país (lei estabeleceu que na Assembleia Nacional cada gênero deve ter entre 40 e 60% dos representantes).

Os deputados Eduardo Barbosa e Alex Manente falaram da tradição brasileira na implementação de serviços de transparência ativa, como a cobertura completa e online de sessões plenárias e reuniões de comissões, com pautas e resultados de votação, transmissões ao vivo e registros gravados em texto, áudio e vídeo de todo o trabalho parlamentar. Falou também de iniciativas de participação popular no processo legislativo, tanto virtuais, como o portal e-Democracia (com suas ferramentas para permitir a participação virtual de cidadãos em audiências públicas e o envio de sugestões para textos legislativos) quanto presenciais, com a abertura do acesso às instalações do Congresso Nacional desde a redemocratização na década de 1980. Por fim, falou das ações na Ouvidoria Parlamentar para trazer a participação popular para a administração da Câmara dos Deputados, buscando abrir mais canais de interação e dar efetividade a sugestões administrativas oriundas de manifestações da sociedade brasileira. Por fim, sugeriram o encaminhamento de proposta à Associação dos Parlamentos de Língua Portuguesa para criação de uma Rede de Parlamento Aberto de Língua Portuguesa.

Ao final da sessão, os deputados Eduardo Barbosa e Alex Manente procuraram a direção do ParlAmericas para manifestar o interesse da Câmara dos Deputados em voltar a ser participante ativa da rede. A manifestação foi recebida pela vice-presidente do ParlAmericas com entusiasmo, propondo que o Brasil se candidate para compor o corpo diretivo da rede nas eleições que ocorreram em evento que ocorrerá no Paraguai, no final do ano, e ainda sugeriram a realização de encontro da rede no primeiro semestre de 2020 no Brasil. Os deputados se mostraram favoráveis e assumiram o compromisso de apresentar os dois convites à Mesa Diretora da Câmara para deliberação.



14h30 - Tendências e desafios dos esforços de parlamento aberto.

Carla Piccolomini - Camara dos Deputados da Argentina desenvolveu o portal Leyes Abiertas, que foi inspirado em iniciativas no Brasil e França. O funcionamento é muito similar ao Wikilegis: o deputado publica uma minuta do projeto de lei e os cidadãos podem encaminhar sugestões ao texto. Ele foi lançado em março de 2019.

Mukelani Dimba, África do Sul, International School of Transparency - para promover ações de parlamento aberto, é imprescindível parceria forte com a sociedade civil. Outro desafio importante é reduzir a assimetria de informações entre os poderes executivo e legislativo. Acredita que a OGP funciona como uma plataforma para conectar sociedade e parlamentos. Tem-se observado ainda que os compromissos da OGP estão migrando de versões baseadas em abertura de dados para outras que agregam algum componente de participação, desde a criação dos compromissos até o controle dos produtos gerados.

Bob Zimmer, Canadá - os efeitos de manipulação eletrônica de opinião são crescentes e preocupantes. O parlamento canadense promoveu um debate sobre privacidade de dados, convidou Facebook para o debate e eles simplesmente não apareceu. Nós passamos a ser produtos nas ferramentas tecnológicas sociais. Essas ferramentas estão manipulando as pessoas para se manterem conectadas o tempo todo e consumirem produtos e serviços que pagam para ser oferecidos, não mais o que querem consumir. O palestrante acredita que transparência é o caminho para reduzir a manipulação nessas plataformas.

29/05/2019 – Abertura da Conferência Global da OGP

Local: Shaw Centre

16h30 – Encontro reservado com autoridades

Contando com a presença de parlamentares de diversos países integrantes do ParlAmericas (e convidados, como os de Portugal e Cabo Verde), de representantes de governos de diversos países integrantes da OGP e de palestrantes convidados da conferência, foram apresentadas pela ministra das finanças canadense algumas ações de abertura promovidas pelo governo local. Um diretor da OGP também deu as boas vindas aos participantes, exortando a todos a buscar o fortalecimento dos princípios, valores e planos de ação da instituição em seus respectivos países.

18h00 – Abertura oficial da Conferência Global da OGP

Presidente da OGP fez discurso inicial destacando o crescimento de governos autoritários em diversos países do mundo. Citou o caso da Hungria como um exemplo desse fenômeno e disse que é importante que a OGP se ofereça como uma força de resistência, informando



inclusive sobre o aporte de 10 milhões de dólares de uma fundação (Open Society) para promoção de ações transnacionais em defesa dos princípios e valores democráticos.

O Presidente da OGP fez questão de pontuar ainda iniciativas recentes de sucesso de diversos países do mundo, citando no continente americano países como Argentina, Colômbia, Costa Rica e Guatemala. O Brasil, um dos fundadores da OGP, junto com outros 7 países, não foi citado por ele, nem como exemplo negativo, bem como positivo. O meu aconteceu com os Estados Unidos. Mas ele disse que há países fundadores que estão tomando caminhos antidemocráticos.

Aqui vale destacar que, ao longo da missão oficial, recebemos várias manifestações de pessoas de outros países, e até mesmo do Brasil (algumas relatadas neste relatório), “preocupadas” com os caminhos que o país vem tomando rumo a um regime totalitário. Por várias vezes, fizemos defesas das instituições e dos processos democráticos no país, citando e/ou explicando diversos casos. É importante que a Câmara dos Deputados esteja atenta a essa percepção negativa que vem sendo propagada da política e das instituições democráticas no país e atue para que as informações sobre nosso estado, nossas instituições e nossos processos democráticos cheguem com mais qualidade a atores externos e internos.

Depois do Presidente da OGP, foi a vez do 1º Ministro do Canadá fazer uma entrevista ao vivo no palco do evento. Em formato de talk show, ele respondeu a uma série de perguntas de uma jornalista sobre diversos tópicos ligados a promoção de transparência e participação popular no governo. A entrevista deu especial atenção às questões ligadas a manipulação de opiniões por meio de mídias sociais digitais, controladas por grandes corporações digitais (como Facebook, Google e Microsoft), que muitas vezes se submetem mais a contratos comerciais do que a constituições nacionais e códigos internacionais. O uso e proteção de dados pessoais por essas instituições e por governos também foi bastante discutido, deixando claro que é um tema latente no Canadá e, na visão do 1º Ministro, internacionalmente.

30/05/2019 – Parlamento Aberto na Conferência Global da OGP

Local: Shaw Centre

9h00 – Sessão de apresentações rápidas sobre governo aberto

Ciudadanía Inteligente - ameaças à democracia, especialmente as digitais. Além da manipulação digital, restringir a participação a canais digitais gera exclusão. A América Latina tem desenvolvido muitas soluções inovadoras para promover governos mais abertos e democráticos, muitas delas apoiadas em tecnologias. Apesar dos riscos que a



tecnologia traz, é importante reconhecer o potencial de contribuição para promoção de abertura dos governos e explorar esse potencial.

Governo do Canadá fez um acordo público com Microsoft, Google e Facebook para protegerem o processo eleitoral nacional de manipulação por meio de suas plataformas.

Quais as principais ameaças à democracia nos últimos 5 anos? Recentemente, princípios que basearam a concepção da democracia estão sendo usados contra ela. A força das maiorias tem sido manipulada por mecanismos de plataformas digitais privadas.

Outro palestrante acredita que é uma instabilidade normal de um modelo consolidado, mas que é vivo, que evolui, que passa por necessárias demandas de reacomodação.

Essas ameaças digitais são um problema elitista em um mundo em que pessoas ainda morrem de fome? É uma questão geral e global porque tem afetado a opinião pública em geral na direção de escolhas que fazem mal para suas sociedades.

"Algoritmos são a lei nas plataformas digitais". O mundo de negócios tem alguma preocupação com os direitos da sociedade civil ou só querem ganhar dinheiro? Uma executiva disse que foi candidata a um cargo eletivo e só conseguiu crescer na campanha quando usou *lives* no Facebook para falar com os cidadãos, pois não conseguiu espaço nos veículos e mídias convencionais.

Democracia deve prover espaços onde todos possam expor suas opiniões e posições com respeito. A cultura de ódio, de agressões pessoais, contribui contra o estabelecimento de debates para construção de soluções, só favorece quem quer a obstrução dos debates.

Governo aberto é uma combinação de dar voz às pessoas para interferirem na gestão pública e instrumentos para controlar as "tentativas de corrupção" dos agentes públicos.

Numa outra visão, precisamos de governo aberto para o cidadão saber como e porque os agentes públicos tomam decisões e então tomar sua própria decisão de apoiá-lo ou não, como acontece nos mercados de capitais com companhias e investidores.

E, no mundo contemporâneo, plataformas digitais trazem riscos a essa lógica quando escondem seus algoritmos e modelos de gestão e decisão sobre o que nos permitem conhecer.

Como chegar mais próximo de ações que promovam mudanças reais nas vidas das pessoas?

11h00 - Por que parlamentos abertos?

Para garantir transparência e fortalecer o combate a corrupção.



Para garantir voz a todos cidadãos, diminuindo desigualdades dos atores na tomada de decisão.

Como fortalecer as organizações da sociedade civil para que sejam efetivas na relação entre sociedade e parlamento? Primeiro, as organizações da sociedade civil também precisam aderir aos princípios de transparência, probidade e prestação de contas. Não podem cobrar algo que não praticam. E, como sociedade, não podemos permitir que algumas desvirtuem um sistema de controle importante para as sociedades atuais.

A desconfiança que há dos parlamentos em relação a entidades da sociedade civil (e vice versa) dificulta os processos participativos. É fundamental construir confiança com a sociedade, e as entidades da sociedade civil podem ser importantes pontes.

13h30 – Encontro com Embaixada do Brasil no Canadá

Na última agenda da missão oficial, participamos de um encontro com o Embaixador do Brasil no Canadá. Estavam presentes as delegações da Câmara dos Deputados e da Controladoria Geral da União.

O embaixador apresentou um panorama da situação política interna e de relações exteriores do Canadá. O país passará por eleições neste ano de 2019 e há dúvidas se a linha de centro-esquerda que comanda o parlamento e o país, de regime parlamentarista, continuará sendo majoritária ou se será suplantada por um grupo de direita, de forma similar ao que se observou nos Estados Unidos e no Brasil.

No campo das relações exteriores, o embaixador pontuou que o Canadá viu recentemente a redução das facilidades comerciais com os Estados Unidos, com o enfraquecimento do Nafta, o que está levando o país a buscar acordos com outros países e blocos. O Brasil, por intermédio do Mercosul, é visto como um parceiro com muito potencial, e o embaixador pediu apoio dos deputados presentes para que a Câmara também possa ajudar nessa articulação. Os deputados relataram a intenção de atuação forte no ParlAmericas, que tem sede no Canadá, e da recente visita de parlamentares canadenses à Câmara dos Deputados no Brasil. Então acreditam que a Câmara poderá ser sim um facilitador desse processo de aproximação entre os dois países.

